

AS DIFICULDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO BRASIL

THE DIFFICULTIES OF LITERACY IN THE PUBLIC EDUCATION SYSTEM IN BRAZIL

Rosana Maria Soares¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a alfabetização no sistema público de ensino no Brasil. Esse texto faz uma abordagem histórica e social dessa etapa tão importante da educação que é a apropriação do processo de leitura e escrita. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de análises e reflexões de estudiosos como Soares, Freire e Macedo que conhecem a fundo o universo da alfabetização e através da leitura e da escrita espera-se a compreensão do tema para poder buscar formas de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos.

Palavras - chaves: Alfabetização. Política. Conscientização.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss literacy in the public education system in Brazil. This text takes a historical and social approach to this important stage of education, which is the appropriation of the reading and writing process. The study was developed through bibliographical research, based on analyzes and reflections by scholars such as Soares, Freire and Macedo who have in-depth knowledge of the universe of literacy and through reading and writing the hope is to understand the topic in order to seek ways to apply the acquired knowledge in practice.

1380

Keywords: Literacy. Policy. Awareness.

1 INTRODUÇÃO

São vários os motivos que levam o aluno ao fracasso na alfabetização e todos os envolvidos em educação sabem que em nosso país esse processo é muito difícil de ser concretizado na idade adequada. O fracasso na alfabetização no Brasil não é novidade, já vem de décadas. Há muitos anos que a alfabetização é um problema para o Brasil.

A partir da década de 1980 foi criado o programa de ciclos e hoje os alunos da primeira série independente de saberem ler e escrever são promovidos a série seguinte. Por causa de uma base inadequada, uma alfabetização que não alfabetiza é comum encontrarmos alunos no segundo, terceiro, quarto, quinto ano do ensino fundamental que não sabem ler nem escrever. Nem sequer escrever seu próprio nome.

¹Licenciada em Pedagogia pela universidade Anhanguera Uniderp. Especialização em Educação Infantil. Professora de Educação Infantil.

E ao invés de resolverem o problema criaram um paliativo, resolveram o problema da retenção dos alunos do primeiro para o segundo ano, mas não resolveram o problema principal referente ao processo de leitura e escrita. Agora não temos mais alunos retidos na passagem do primeiro para o segundo ano, mas temos alunos que foram promovidos do primeiro para o segundo ano e não conseguem ler nem escrever, porém quando conseguem ler e escrever dificilmente conseguem entender o que leram, são tecnicamente alfabetizados e criticamente analfabetos, os analfabetos funcionais.

2 CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Soares, (2017 p.16) ultimamente, tem se tentado atribuir um significado demasiado abrangente a alfabetização, considerando - a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita.

É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que sem dúvida, nunca é interrompido. Não parece apropriado, nem etimológica nem pedagogicamente, que o termo alfabetização designe tanto o processo de aquisição da língua escrita quanto de seu desenvolvimento: etimologicamente, o termo alfabetização não ultrapassa o significado de levar a aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar -lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração de habilidades básicas de leitura e escrita, na definição de competência em alfabetizar.

Toma - se, por isso, aqui, alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita.

2.1 OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Métodos para a aprendizagem inicial da língua escrita, segundo o conceito adotado no livro: Alfabetização; a questão dos métodos, métodos são um conjunto de procedimentos que, com base em teorias e princípios linguísticos e psicológicos, orientam essa aprendizagem, em cada uma de suas facetas. No entanto métodos não atuam autonomamente, sem limitações ou obstáculos; constituídos de procedimentos de interação

entre o alfabetizador (a) e alfabetizando efetivam-se na interação entre participantes diferenciados, em situação de aprendizagem coletiva, em um contexto escolar inserido em determinada comunidade socioeconômica e cultural.

Correa e Salch (2007, p. 10) afirmam que:

A palavra método tem sua origem no grego métodos e diz respeito a caminho para chegar a um objetivo. Num sentido mais geral, refere-se a modo de agir, maneira de proceder, meio; em sentido mais específico, refere-se a planejamento de uma série de operações que se devem efetivar, prevendo inclusive erros estáveis, para se chegar a determinado fim.

Os métodos tradicionais mais utilizados na alfabetização de acordo com Soares (2027) é o método Sintético e o método Analítico e atualmente também temos a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro, apesar de a própria autora não considerar como método. Falaremos um pouco desses métodos, começando pelo sintético.

2.2 MÉTODO SINTÉTICO

Vai das partes para o todo, primeiro a criança aprende as unidades menores (fonemas) para depois chegar as unidades maiores e esse método se divide em três partes: alfabético, fônico e silábico. No método alfabético a criança aprende o nome das letras, a sequência do alfabeto e encaixa as letras entre si, formando sílabas ou palavras. No método fônico o processo se dá de outra forma, em que a criança começa pelo som das letras, unindo o som da consoante ao som da vogal, pronunciando a sílaba formada.

1382

No método silábico ou silabação, a criança aprende a fazer a análise das sílabas, para formar as palavras. São propostas palavras chaves em cartilhas com a finalidade de apresentar as sílabas e em seguida formar frases.

2.3 MÉTODO ANALÍTICO OU GLOBAL

O desenvolvimento do método analítico dava-se a partir do processo intuitivo, ou seja, iniciando-se do simples para o profundo. Esse método tem como ponto de partida unidades linguísticas maiores como palavras, frases ou pequenos textos, para depois levar a análises de partes menores como as letras e as sílabas e no reconhecimento global, como estratégia inicial, defendendo que a leitura é um ato global e audiovisual e que também está dividida em três processos: palavração, sentencição e global.

No processo de palavração, palavras significativas são apresentadas em agrupamento, retiradas de um texto ou de uma história e os alunos aprendem a partir da

visualização e pela configuração gráfica, ou seja, ele faz a relação da palavra com a imagem elaborando uma análise de dois elementos.

No processo de sentencição, o alfabetizador utiliza a comparação das palavras, no entanto, ele isola os elementos conhecidos dela ampliando o vocabulário. Dessa forma, irá surgir novas palavras e fazer a leitura delas. Na sentencição, a unidade inicial do vocabulário é a frase, que depois é dividida em palavras, de onde são extraídos os elementos mais simples, as sílabas.

Processo global, ele parte de pequenas histórias, em seguida, decompõem - se do texto frases, as frases em palavras, as palavras em sílabas, para no final, a formação de novas palavras com as sílabas estudadas.

2.4 PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Na psicogênese da língua escrita, Emília Ferreiro dedicou vários anos de estudo sobre a teoria de Piaget, buscando entender como a criança aprende. Nos anos 80 ocorreu uma grande revolução conceitual sobre como se aprende o processo da escrita trazendo um conhecimento diferente dos apresentados quanto ao aprendizado e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da escrita contribuindo aos estudos referentes ao processo de alfabetização.

1383

Inicialmente, ferreiro chegou a conclusão de que a evolução da escrita passava por três níveis que chamamos de pré - silábico, silábico e alfabético e de acordo com esses níveis propõe atividades adequadas a cada um deles. Onde o professor passa a ser mediador do processo de aprendizagem com responsabilidade de criar condições desafiadoras, estimular a troca de conhecimentos e os avanços dos mesmos onde o processo de construção implica em reconstrução.

2.5 MÉTODO DE PAULO FREIRE

Falando de métodos de aprendizagem também se faz necessário falar do método Paulo Freire de alfabetização. Ele ficou conhecido mundialmente por ter criado um método de alfabetização de adultos que partia do diálogo e da conscientização. Diferenciava - se dos demais quando, em seus dois primeiros passos, decodificação e descodificação, busca transformar a consciência ingênua do alfabetizando em consciência crítica, por meio da leitura do mundo, enquanto no 3º e 4º passos (análise e síntese e fixação da leitura e da escrita) Desenvolve a consciência silábica e alfabética, levando os alunos ao domínio das

correspondências entre grafemas e fonemas. Nesses passos, está caracterizado o avanço desse método fônico e o das cartilhas, visto que a análise e a síntese vem de uma palavra real, cujo o significado o aprendiz conheça, retirando - se dela a sílaba, para que o aluno veja e perceba a combinação fonêmica na constituição de sílabas e, a seguir, na composição de novas palavras.

3 O FRACASSO NA ALFABETIZAÇÃO

Segundo Soares, (2027) há cerca de quarenta anos que 50% das crianças brasileiras não conseguiam romper a barreira da primeira série, ou seja, não conseguiam aprender a ler e escrever.

De acordo com dados divulgados pelo ministério da educação, de cada mil crianças que no Brasil ingressaram na primeira série apenas 438 chegaram a segunda série, em 1975. Quando dispusemos de dados semelhantes para a década de 1980, a situação não era diferente segundo indicação das estatísticas que as secretarias estaduais de educação vêm apresentando anualmente. Nenhum progresso, nas últimas décadas. Somos um país que vem reincidindo no fracasso em alfabetização.

O início do texto refe- se a década de 40 do século XX, época em que intensificou -se a democratização da educação, a escola passou a receber um número de alunos muito mais numeroso e heterogêneo. E até os anos 1980, quando a organização por ciclos começou a ser introduzida no Brasil, a primeira série correspondia a série de alfabetização, só os alunos considerados alfabetizados eram promovidos a segunda série. Pode - se dizer que nesse início de século XXI o problema permanece; a diferença é apenas que, hoje, os alunos não rompem a barreira do 1º ciclo, que substituiu a 1ª série como etapa de alfabetização, ou, no caso de sistemas que optaram pela progressão continuada, passam ao ciclo seguinte ainda não alfabetizados.

Ainda segundo Soares(2017) muito se tem pesquisado a respeito do problema, entretanto, uma análise destes estudos e pesquisas revelam uma já vasta, mas incoerente massa de dados não integrados e não conclusivos. Em primeiro lugar são dados que resultam de diferentes perspectivas do processo de alfabetização, a partir de diferentes áreas do conhecimento (psicologia, linguística, pedagogia) cada uma tratando uma questão independentemente e ignorando as demais. Sem dúvidas, não há como fugir, em se tratando de um processo complexo como a alfabetização, de uma multiplicidade de perspectivas resultantes da colaboração de diferentes áreas do conhecimento, e de uma pluralidade de

enfoques, exigida pela natureza do fenômeno, que envolve atores (professores e alunos) e seus contextos culturais, métodos, material e meios.

Entretanto essa multiplicidade de perspectivas e essa pluralidade de enfoques não trarão colaboração realmente efetiva enquanto não se articularem em uma teoria coerente da alfabetização que consilie resultados apenas aparentemente incompatíveis, que articule análises provenientes de diferentes áreas do conhecimento, que integre estruturadamente estudos sobre cada um dos componentes do processo.

Diante de tudo que foi dito sobre essa questão, verifica - se que, aponta - se muitos culpados para o problema da alfabetização, mas não se consegue resolver esse problema. Resolveram o problema da repetência, mas muitas crianças do primeiro, segundo, terceiro ano do ensino fundamental continuam sem saber ler e escrever e o problema persiste. As dificuldades em alfabetizar os alunos no tempo adequado no Brasil é preocupante, pois a alfabetização é uma etapa muito importante na educação e essa dificuldade em alfabetizar impede que a cidadania de milhões de brasileiros seja realmente exercida.

A preocupação com a alfabetização no Brasil pelas autoridades e sociedade existe desde que éramos colônia de Portugal, porém a medida que as pessoas vão se alfabetizando e superando o analfabetismo, elas vão se conscientizando da importância da alfabetização.

4 AS CAUSAS DO FRACASSO NA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO BRASIL

Segundo Soares(2018), as soluções referentes a esse problema sempre vem associadas a vários fatores e esses fatores sempre são definidos de acordo com a área ou a perspectiva de quem os definem a partir de diferentes áreas de conhecimento (pedagogia, psicologia, linguística) cada uma trata uma questão diferente da outra e ignoram as demas. Num momento colocam a culpa no aluno, questão de saúde ou psicológica, ou de linguagem, também no ambiente familiar e vivências socioculturais, em outro momento colocam a culpa no professor, formação inadequada, incompetência profissional ou colocam a culpa no método, ou no material didático: inadequação as experiências ou interesses das crianças ou no próprio meio, o código escrito a questão entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico da língua portuguesa. Sabemos que as causas desse fracasso são múltiplas, complexas e de natureza interdisciplinar, pois além de envolver todas essas questões citadas, envolve também a forma de como o processo de alfabetização das crianças de classes favorecidas e de classes menos favorecidas são realizados.

...A diferença no desempenho escolar entre crianças pobres das escolas públicas e as de classe média não tem origem em nenhum tipo de déficit intelectual, linguístico ou cultural. Que nenhuma criança entra na escola regular sem nada saber sobre a escrita e que o processo de alfabetização é longo e trabalhoso para todas, não importa a classe social. Mas ainda que a diferença no desempenho decorre do fato de que a criança de classe média já está, em geral, no fim do processo de alfabetização quando chega à escola regular, enquanto a de classe baixa ainda tem habitualmente, hipóteses primitivas sobre a escrita. Não porque seja menos capaz e sim porque teve menos oportunidades de participar de eventos de leitura e escrita.” (WEISZ, TELMA, 1999, P IX).

As crianças de classes favorecidas convivem com falantes que utilizam um vocabulário mais próximo a língua escrita, portanto tendo mais oportunidades de contato com o material escrito, por exemplo: leituras que lhes são feitas por adultos, vivem num ambiente em que se valoriza a educação, os pais investem financeiramente na educação dos filhos, por esse motivo acompanham seu processo de aprendizagem. As crianças de classes populares, geralmente convivem com pessoas que utilizam um vocabulário que é bem diferente da língua escrita e tem pouco ou nenhum acesso a material escrito. E os aspectos sociais e políticos também interferem na aprendizagem da leitura e da escrita. A educação ocorre num ambiente social e as práticas sociais não são entendidas de forma passiva pelas crianças pois vão construindo seu conhecimento a partir das situações em que são expostas, a educação e os problemas que a envolvem tem um cunho político, pois em nossa sociedade a educação é utilizada para reproduzir a realidade social.

1386

Por outro lado a linguagem oral culta que a escola valoriza e a linguagem oral praticada pelas crianças de classes populares são rejeitadas pela escola. Certamente esse contexto escolar cheio de preconceitos afeta o processo de alfabetização do aluno das classes populares e a escola atua na área de alfabetização como se essa aprendizagem nada tivesse haver com o contexto social e político vivido por essas crianças.

A escola não leva em conta o que a criança vive em seu dia a dia em sua comunidade com a sua família, quais seus interesses, sua cultura, não leva para as crianças textos onde elas possam se ver refletidas, que falem de sua realidade, que as façam refletir, que possam despertar o interesse e o gosto pela leitura através deles e assim, também desperte a curiosidade em aprender a ler e escrever para que possam ler e também escrever seus próprios textos, sua própria história.

Segundo Soares (2017), a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, processo de construção do saber e meio de conquista do poder político. Para as crianças de classe social menos favorecida o significado de instrumento atribuído a

alfabetização reforça a cultura dominante e as relações de poder e afasta essas crianças da participação na construção do saber.

A postura política em relação a alfabetização também afeta o processo de aprender a ler e a escrever. Podemos observar que a escola que mantém uma postura política neutra em relação a alfabetização e a escola que mantém uma postura política explícita fica bem clara quando se compara o trabalho em alfabetização desenvolvido geralmente nas escolas que trabalham na linha de Paulo Freire, para que a alfabetização é um processo de conscientização e uma forma de ação política.

5 O QUE PRECISA SER FEITO PARA MUDAR ESSA REALIDADE DE FRACASSO NA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO BRASIL

Segundo Weisz (1999) na apresentação do livro: psicogênese da língua escrita, ela fala sobre as descobertas de Ferreiro e Teberosky sobre a aquisição da leitura e escrita pelas crianças, com foco no como a criança aprende. E defende que Cabe, portanto, a escola garantir; a quem precisa, um ambiente alfabetizador, em lugar de manter as crianças à margem das oportunidades de aproximação da língua escrita, como se fazia 20 anos atrás, no tempo em que se pensava que primeiro era preciso desenvolver habilidades perceptuais, a prontidão, para só depois deixar a criança ter contato com a escrita. E que aqui cabe uma ressalva: é importante frisar que não é o ambiente que alfabetiza, tampouco o fato de pendurar coisas escritas nas paredes que produz por si um ambiente alfabetizador. Essa expressão designa, de maneira condensada, um ambiente pensado para propiciar inúmeras interações com a língua escrita, interações mediadas por pessoas capazes de ler e escrever. E continua explicando que a descrição da alfabetização inicial permitiu ainda diferenciar dois processos que na prática da escola apareciam como indiferenciados: a alfabetização e a ortografização. Para a vida escolar dos filhos da classe baixa, que falam dialetos sem prestígio, esta compreensão é fundamental, pois a escola estava convencida de que seus erros de ortografia estavam relacionados a seu modo de falar, estigmatizando - os.

A mudança na compreensão do processo pelo qual se aprende a ler e a escrever afetou também todo o ensino da língua. Permitiu que o conhecimento produzido na área da linguística encontrasse receptividade na escola e que, nestes últimos 20 anos, se produzisse experimentação pedagógica suficiente para construir, a partir dela, uma didática. Essa didática da língua que trouxe os textos do mundo para dentro da escola e se preocupa em aproximar as práticas de ensino da língua das práticas de leitura e escrita reais.

Weisz (1999) também fala da queixa dos educadores com a teoria piagetiana que se mostrava válida para explicar aquisições fundamentais ao longo do desenvolvimento, como a construção da lógica ou da moralidade, mas não dava conta de explicar, a não ser no caso específico de algumas questões de matemática e da geometria, o que acontecia quando se tratava de aprendizagens específicas como os outros conteúdos escolares. Disso redundava que aqueles que insistiam em um modelo pedagógico de corte piagetiano acabavam por produzir uma prática orientada para objetivos de desenvolvimento e não para a aprendizagem de conteúdos escolares. Para os educadores politicamente comprometidos com o acesso da maioria da população a esses conhecimentos fundamentais, isso era um enorme problema, no mínimo porque tinha muito mais afinidade com um modelo construtivista - interacionista do que com um modelo de controle de comportamento. Consideram a teoria piagetiana como uma teoria geral dos processos de aquisição de conhecimento, a psicogênese da língua escrita contribui para romper esse impasse ao mostrar que é possível explicar o processo de aprendizagem daquele que era considerado o mais escolar dos conteúdos escolares, utilizando um modelo teórico - construtivista - interacionista. Com isso abriu um enorme campo de pesquisa, tanto no que se refere a aprendizagem dos inúmeros aspectos da língua escrita que ultrapassam a questão da escrita alfabética quanto dos outros conteúdos escolares. Essa abertura aponta na compreensão cada vez melhor dos processos de aprendizagem dos diferentes conteúdos e indica a possibilidade de construção e aprimoramento de didáticas que, sem distorcer o objeto a ser ensinado, adaptam - se ao percurso do aprendiz. Didáticas que dialoguem com a aprendizagem dos alunos, que reconheçam o conhecimento que eles já possuem, que façam a ponte entre este conhecimento e o que precisa ser ensinado, garantindo - lhes o direito de aprender.

1388

O que vemos olhando para esses 20 anos é que, se a escola democrática com que sonhamos ainda não é real como gostaríamos, a velha escola antidemocrática e preconceituosa só está de pé por inércia, não mais por convicção.

Freire e Macedo (2015) também apresentam uma ideia parecida com a apresentada acima, para eles é preciso criar uma nova escola, alicerçada em uma nova práxis educativa, que expresse conceitos diferentes de educação em consonância com o plano para a sociedade como um todo. E para que isso aconteça o primeiro passo é identificar os objetivos da educação dominante herdada. E também será necessário analisar como funciona os métodos utilizados pela escola dominante, como legitimam os valores e significados dominantes e como ao mesmo tempo rejeitam a escola, a cultura e as práticas linguísticas da maioria

dos alunos subalternos. A escola nova deverá ter valores como solidariedade, responsabilidade social, criatividade, disciplina a serviço do bem comum, vigilância e espírito crítico. E que característica importante de um novo plano educacional é o desenvolvimento de programas de alfabetização radicados numa ideologia emancipadora em que os leitores se tornem sujeitos e não simples objeto.

São muitas as mudanças que precisam ser realizadas, as afirmações de Freire e Macedo(2015) são perfeitas para se construir uma escola com uma metodologia eficaz, inclusiva, participativa e transformadora. Porém não basta apenas mudar a escola, também é necessário mudar a cultura de uma sociedade que acredita que a escola é a única responsável pela educação das crianças.

6 METODOLOGIA

Para o presente trabalho realizou - se uma pesquisa bibliográfica. Segundo Almeida(2011), A pesquisa bibliográfica busca relações entre conceitos, características e ideias muitas vezes unindo dois ou mais temas.

Para Severino(2007), essa modalidade de pesquisa se caracteriza a partir do registro disponível, que decorre de pesquisas já realizadas, em livros artigos, teses e documentos impressos. Dessa forma, os textos tornam - se fontes dos temas que serão trabalhados e pesquisados.

Para a busca de trabalhos como fontes de pesquisa, foram empregados os descritores: alfabetização, política e conscientização. Na realização deste trabalho foram utilizados livros que falam sobre os descritores utilizados neste artigo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O analfabetismo no Brasil tem sido um problema muito preocupante, por encobrir e impedir a democracia de milhões de brasileiros. Por se tratar de um processo de enorme valor sociocultural, muito se tem discutido e novos métodos sendo implantados na alfabetização, mas os resultados não tem favorecido progressos visíveis ao domínio de habilidades e suas inserções na estatística de uma sociedade letrada.

Grande parte dos educandos, considerados alfabetizados, podem até ler simples textos e escrever o próprio nome, mas não conseguem desenvolver outras habilidades que lhes são importantes no dia a dia. A consolidação da alfabetização acontecerá quando esta

for associada ao letramento: aprender a fazer e fazer o que aprendeu, pois a alfabetização é o aprendizado da leitura e da escrita e o letramento a prática cotidiana desse processo.

A natureza do processo de alfabetização é bem complexa e é preciso acrescentar a ela, além de questões pedagógicas, psicológicas e linguísticas os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. E não basta ensinar as crianças as técnicas de ler e escrever, também é necessário ensinar - lhes, a entender o que lêem, mas os alunos só irão aprender a interpretar quando a escola der condições para que seus alunos reflitam, analisem, critiquem e se tornem cidadãos que sejam participantes ativos na escola para também poderem participar na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIA

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo:contexto, 2017.185p.

SOARES, Magda. Alfabetização. São Paulo:contexto,2018. 377p.

FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. Alfabetização leitura do mundo, leitura da palavra, São Paulo:Paz e terra, 2015.271p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra,1987.184p.

FERREIRO Emília e TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre:artmed, 1999.